ROYALTIES DO PETRÓLEO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AGROPECUÁRIO: UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DA "DOENÇA HOLANDESA"

LINOVALDO MIRANDA LEMOS
Doutor em Geografia/UFRJ – Professor Instituto Federal Fluminense – Campos/RJ – Brasil

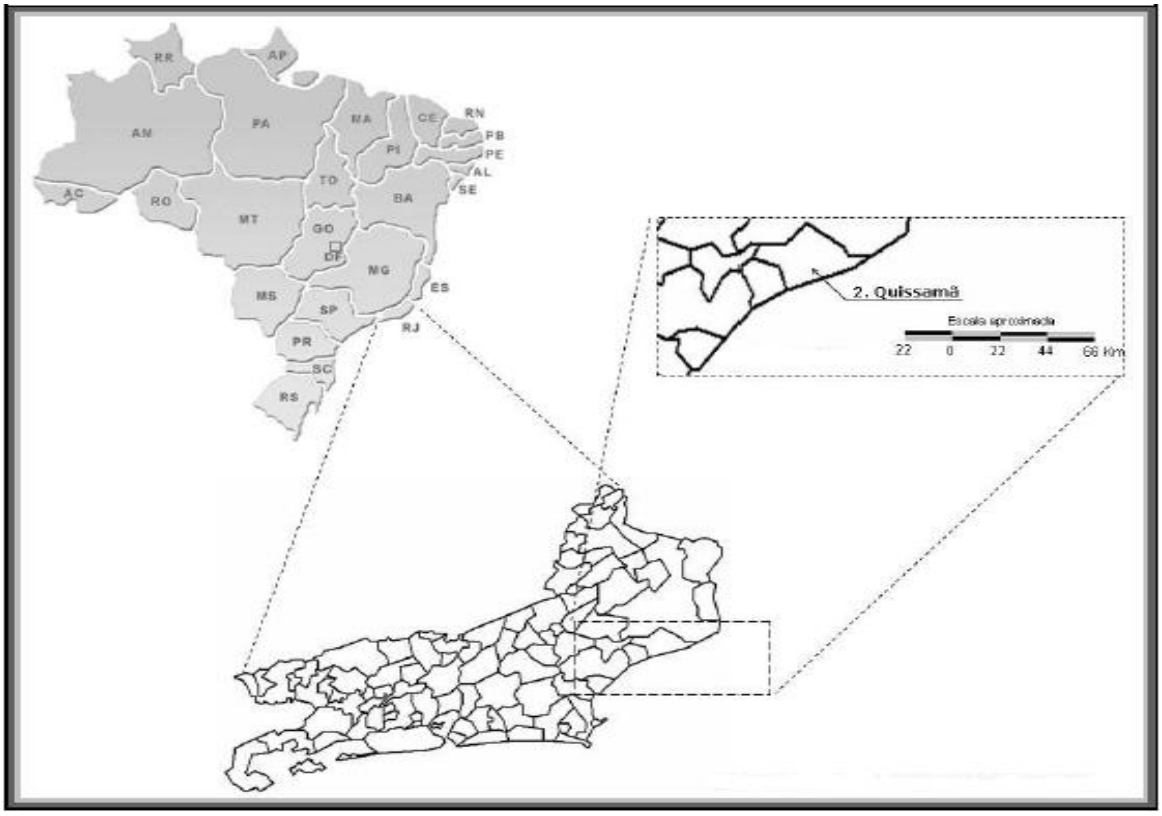
RAFAEL MOREIRA NEVES
Licenciado em Geografia - Instituto Federal Fluminense – Campos/RJ - Brasil

INTRODUÇÃO

A atividade petrolífera constitui-se num importante vetor de transformações socioeconômicas e espaciais que impactam, em intensidade variável, diferentes escalas, seja pelo aumento da oferta de empregos e de estabelecimentos industriais, seja pelos impactos ambientais e transformações espaciais para a construção da infraestrutura de apoio e logística, ou mesmo ainda pelo aumento da arrecadação de impostos e royalties de exploração. O presente trabalho alinha-se a esse último aspecto, analisando a relação entre o pagamento de royalties do petróleo à escala local brasileira e a realização de políticas públicas específicas do setor agropecuário, tomando por objeto de estudo o município de Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil (Cartograma I).

Trata-se de uma pesquisa que se propõe a analisar as políticas públicas agropecuárias desenvolvidas na escala local e seus resultados na produção agropecuária. No caso em tela, dedica-se às culturas de cana-de-açúcar e coco e rebanho bovino, as três mais importantes atividades agropecuárias do município. Toma-se por base o período entre os anos de 1998 e 2008, abrangendo o último ano que o município registrou um "modesto" saldo do repasse de royalties e início dos impactos da vigência da legislação que

concedia os royalties – o ano de 1998; e os anos subseqüentes, que registraram crescimento constante do recebimento das rendas petrolíferas.



Cartograma I - Localização do Município de Quissamã/RJ. Fonte: LEMOS, 2008, p. 2.

A pesquisa se dedicou aos programas “Revitalização da Lavoura Canavieira”, o “Programa de Apoio à Cultura de Coco” e o “Programa de Incentivo a Pecuária de Leite e de Corte”. Demonstra-se que a despeito do aumento brutal das receitas oriundas do pagamento dos royalties do petróleo ao município e da implementação de políticas públicas especialmente destinadas ao setor agropecuário, não se verificou um incremento significativo desse setor em termos de produção, produtividade e geração de empregos. Portanto, a questão central da pesquisa foi apontar motivos pelos quais não se consolidou a produção agropecuária municipal, mesmo com os investimentos financeiros e técnicos da Prefeitura de Quissamã, utilizando-se, para tanto, do referencial teórico trazido da economia conhecido como “Doença Holandesa”.

A expressão “Doença Holandesa”, também conhecida como “Maldição dos Recursos Naturais”, “Mal da Holanda”, “Paradoxo da Abundância”, foi usada pela revista *The Economist* na abordagem do processo de declínio industrial em curso na Holanda durante a década de 1960 (SOUZA JUNIOR,

2008, p. 1). Na referida década, grandes reservas de petróleo e de gás natural foram descobertas, transformando-se em uma das principais *commodities* de exportação do país. Com isso, cresceu sobremaneira a entrada de recursos financeiros, pressionando a moeda local e provocando um processo de valorização cambial. Conseqüentemente, foram prejudicadas a produção e as exportações de outros produtos que não fossem o petróleo e o gás natural, desestimulando a atividade agrícola e industrial nacional (NETO, 2009, p. 8).

A riqueza proveniente da exploração de recursos naturais pode ser entendida como "benção", permitindo ao país detentor de tais reservas importantes fontes de recursos financeiros. Porém, dependendo do ambiente institucional e do nível de cultura cívica, identifica-se a transformação da benção em maldição, pois ao desestimular os setores produtivos da economia, são geradas conseqüências catastróficas para os níveis de empregos e renda (CARVALHO; SILVA, 2008, p. 58). Para além desses fatores econômicos, a teoria da Maldição dos Recursos Naturais acentua outros efeitos negativos, como o enfraquecimento da democracia, violência e guerra civil, subemprego, vulnerabilidade às oscilações dos preços do petróleo e má utilização das rendas petrolíferas por governos corruptos e ineficientes (Shultz:2005).

Assim, trazendo para o estudo de caso em tela, levanta-se a hipótese de que o sobrefinanciamento da receita orçamentária desestimula o setor privado a atuar de maneira autônoma na agricultura local, uma vez que se verifica no poder público, e tão somente nele, o principal agente - senão o único - de fomento da atividade econômica local. Por outro lado, as culturas beneficiadas pelos programas não apresentam regularidade na produção, mesmo com a continuidade das políticas públicas desenvolvidas. Verifica-se a estagnação na produção de cana-de-açúcar e a queda na produção de coco e no rebanho bovino.

QUISSAMÃ: UM MUNICÍPIO COM RAÍZES AGRÁRIAS

A história e formação territorial de Quissamã remontam ao século XVII, inicialmente com a criação de gado para o mercado da cidade do Rio de Janeiro e, ainda neste século, com a cultura da cana-de-açúcar realizada em latifúndios utilizando-se de mão-de-obra escrava africana. Tal regime de *plantation* alcançou seu ápice no século XIX, consolidando assim o domínio de

uma elite de base escravocrata com fortes vínculos com o poder imperial. Tal poderio era reforçado pelos laços familiares e de casamento, pelas relações sociais baseadas em títulos nobiliárquicos. Como resultado, estabeleceu-se um quadro nas quais três grandes famílias (os Barcelos Machado, os Carneiro da Silva e os Queiroz Matoso) dominaram a vida econômica, social, política e cultural de Quissamã.

Em 1877 Quissamã inaugura o seu Engenho Central que surge com a necessidade na melhoria da qualidade do açúcar e do álcool produzido, que no caso do Norte Fluminense, já apresentava o atraso técnico de sua produção frente às lavouras de São Paulo e do Nordeste brasileiro. As transformações espaciais em Quissamã a partir da implantação do Engenho Central não ficaram restritas apenas às atividades agrícolas. A sociedade foi profundamente impactada, promovendo nova organização para o atendimento das demandas do empreendimento, com o crescimento urbano e certa diversificação de serviços e comércio (MARIANI:1987).

Por se tratar de um caro investimento, o Engenho Central de Quissamã recebeu financiamento público para a sua construção. Entretanto, alguns fatores contribuíram para uma crise na organização do sistema de produção de cana-de-açúcar do Norte Fluminense, que tinha na grande concentração fundiária, na utilização de mão-de-obra escrava e na monocultura da cana-de-açúcar seus pilares neste processo. Assim, Quissamã adentra o Século XX com um quadro de estagnação econômica e perda de poder político e prestígio social daquela elite de base agrária (quadro esse que se materializaria no processo de dilapidação e ruína dos antigos casarões e sedes das fazendas do período áureo do açúcar).

Concomitantemente à estagnação na produção, identificou-se, estagnação no crescimento demográfico. Ao analisarmos os dados a partir dos anos de 1950, verificamos que o espaço quissamaense apresentou crescimento populacional quase nulo, inclusive com decréscimo populacional na década de 1980, como se pode ver na tabela I abaixo:

Tabela I – População total urbana e rural e índice de urbanização de Quissamã/1970-2010				
Ano	População Urbana	População Rural	Total População	Índice de urbanização
1970	2.796	7.137	9.933	28,1%
1980	3.240	6.380	9.620	33,7%
1991	4.410	6.057	10.467	42,1%
1996	6.980	5.603	12.583	55,47%
2000	7.699	5.969	13.668	56,33%
2010	13.016	7.228	20.244	64%

Fonte: elaboração própria a partir de CRUZ; PINTO, 2007, p. 324 e IBGE.

No ano de 1989 Quissamã se emancipa de Macaé, tornando-se um ente federativo na escala local, o que significa dizer que passou a ter autonomia para, dentre outras medidas, arrecadar impostos, possuir quadro administrativo e de implementar políticas públicas. Na década de 1990 e na primeira década do século XXI, a população de Quissamã cresce de forma exponencial, refletindo um novo ciclo econômico, o do petróleo, que estabeleceu condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e social do município.

Paralelamente, o agora município de Quissamã passa a ser beneficiado pela descoberta de petróleo no seu litoral com o recebimento de royalties previstos em Lei, o que altera completamente o quadro socioeconômico da localidade.

O ADVENTO DAS RENDAS PETROLÍFERAS: UMA NOVA REALIDADE ECONÔMICA PARA QUISSAMÃ

Em Quissamã, como em toda região Norte Fluminense, a atividade de Exploração e Produção (E&P) se dá na Plataforma Continental[1], ou seja, no litoral, e é regulada por legislação própria. Com a “Lei do Petróleo”, como é conhecida a Lei 9.478 de 1997, houve uma alteração significativa nos parâmetros das atividades petrolíferas no Brasil, com a quebra do monopólio estatal e a instituição de uma compensação financeira aos municípios confrontantes aos campos petrolíferos, que chamaremos, grosso modo, de

[1] Área contígua ao continente que mergulha até a isóbata de 200 metros de profundidade. É um prolongamento da área continental emersa (PITA; SALLES, 1997, p. 80).

royalties. Além do royalty, também é previsto o pagamento das participações especiais sobre a receita líquida de campos petrolíferos com expressivo volume de produção ou rentabilidade.

A atual legislação de distribuição de royalties e participações especiais é baseada em um forte determinismo locacional (LEMOS; PINTO, 2009, p. 9), privilegiando poucos municípios por serem confrontantes aos poços petrolíferos, definidos a partir das linhas de projeção paralelas e ortogonais, pertencentes às chamadas zonas "geoeconômicas". De acordo com SERRA; TERRA; PONTES (2006, p. 65), estes municípios acabam por ser beneficiados pelo simples fator de sua localização geográfica.

Esse é o caso de Quissamã, sexto maior recebedor de royalties e participações especiais entre os municípios brasileiros. Tal relação torna-se evidente na análise da Tabela II, reproduzindo o ranking dos municípios que mais receberam royalties e participações especiais em 2008.

Tabela II - Municípios que mais receberam Royalties e Participações em 2008 (R$)

Ranking	Município	Estado	Valor Recebido	Renda per capita
1º	Campos dos Goytacazes	RJ	R$ 1.168.608.263,49	R$ 2.706,12
2º	Macaé	RJ	R$ 501.680.924,82	R$ 6.650,72
3º	Rio das Ostras	RJ	R$ 331.550.609,17	R$ 6.287,30
4º	Cabo Frio	RJ	R$ 189.691.889,99	R$ 2.757,61
5º	São João da Barra	RJ	R$ 161.427.752,79	R$ 6.962,54
6º	Quissamã	RJ	R$ 146.634.654,42	R$ 13.289,71
***	Demais Municípios	***	R$ 2.345.882.918,97	***

Fonte: Inforoyalties. Disponível em http://inforoyalties.ucam-campos.br/

No intervalo entre os anos de 1998 a 2008, as receitas indenizatórias da exploração de petróleo e gás natural foram responsáveis por uma importante fatia da receita orçamentária do município. Em média, 55% do orçamento durante o referido período foi proveniente dos royalties e participações especiais, o que torna evidente a dependência financeira por essa fonte finita de recursos.

Como foi dito anteriormente, Quissamã tradicionalmente teve na agricultura sua mais importante atividade econômica, por meio do cultivo da cana-de-açúcar e da criação de gado. Porém, as atividades de E&P permitiram

que a economia do município não mais dependesse da agricultura, perdendo essa atividade a importância que tivera no passado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, demonstram que no ano de 2007 93% do PIB de Quissamã provinha do setor industrial, 5,9% do setor de serviços, 0,45% de impostos e somente 0,58% do setor agropecuário.

Autores como SERRA (2007) e LEMOS (2008) destacam que o sobrefinanciamento do município na condição recebedor de royalties e participações especiais cria a condição de "preguiça fiscal", uma vez que não se verifica por meio da análise do PIB do município um maior esforço na ampliação do recebimento de recursos provenientes da arrecadação própria, como por exemplo, o IPTU e ISS.

Com o aumento da capacidade de investimento da Prefeitura de Quissamã, conseqüência do recebimento das rendas prolíferas, faz-se necessário trazer à discussão as formas como esses recursos são aplicados, destacando as políticas públicas voltadas à atividade agropecuária do município, analisadas à luz do paradigma da "Doença Holandesa".

AS POLÍTICAS PÚBLICAS AGROPECUÁRIAS EM QUISSAMÃ: EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUTIVIDADE E EMPREGO

De forma sintética, a posição tomada no presente trabalho toma a política pública como um conjunto de ações e intervenções implementadas pelo poder público - nas suas diferentes escalas - visando à efetivação de programas que permitam a promoção de alterações econômicas, geográficas e sociais (SÁNCHES, 2005; MULLER, 1990; SOUZA, 2003 *apud* LEMOS, 2008, p. 66). As políticas públicas são ferramentas que permitem ao Estado desenvolver medidas sócio-políticas e administrativas a partir do reconhecimento das demandas da sociedade e que atuam na resolução de situações de desequilíbrio (FRAGA; LEMOS, 2006, p. 12).

Como parte de um esforço para o fomento da agropecuária local, o município desenvolve diversas frentes de apoio aos agricultores e criadores de gado, por meio de políticas públicas específicas Como ação indutora da economia municipal, diversos projetos de fomento agropecuário são desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, apontadas na Tabela III:

Tabela III – Programas de Apoio Agrícola da Prefeitura de Quissamã (Novembro/2010)	
Programa desenvolvido	Situação atual do programa
1. Programa de revitalização da lavoura canavieira – Projeto Cana I (2002) e o Projeto Cana II (2004) – Cooperativa de Produtores Rurais de Quissamã	O Projeto Cana I foi finalizado em 2009. O projeto Cana II será finalizado até o mês de dezembro/2010. Existe o plano de revitalizar a lavoura canavieira a partir da distribuição de sementes melhoradas, com previsão de início para o 1º semestre do ano de 2011, intitulado provisoriamente de "Projeto Cana III". Outro projeto deve ser colocado em prática no ano de 2011, que diz respeito à implantação de uma esmagadora e de uma destilaria no município. 130 produtores são beneficiados pelas ações explicitadas.
2. Programa de incentivo à pecuária (2004) – Associação dos produtores de leite.	Com o apoio técnico da Embrapa de São Carlos/SP, se desenvolve pesquisas para o aumento da produtividade pecuária. Hoje, existem duas unidades de animal por hectare. Procura-se ampliar este numero para dez unidades de animal por hectare. A meta é inaugurar até o mês de dezembro/2010 mais dois tanques, totalizando seis tanques de resfriamento. A ampliação esta diretamente relacionada ao aumento da demanda por leite da fábrica Macuco, instalada na Zona Especial de Negócios (ZEN) 1. Também é desenvolvido o processo de inseminação artificial com melhoramento genético. Um total de 56 produtores são beneficiados por esses programas.
3. Programa de apoio à cultura de coco – Cooperativa de produtores rurais de Quissamã.	A partir de janeiro/2011 serão retomadas as atividades na fábrica de coco, por meio de parceria com empresário de São Mateus/ES, com uma média de 20 produtores fornecendo a matéria-prima. Atualmente o apoio técnico aos produtores é feito pelo plantel da secretaria de agricultura, além da patrulha agrícola que mantêm suas atividades.

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo.

Apesar da insatisfação de muitos produtores rurais, segundo as entrevistas realizadas, mas levando em consideração as informações disponibilizadas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, é possível afirmar que existe no município uma rede de apoio técnico e material aos produtores rurais, abrangendo diversas culturas. Em teoria, os resultados dos investimentos poderiam ser percebidos no resultado da produção agropecuária. Vejamos.

O primeiro critério de análise será então a evolução da área colhida por hectare das culturas de cana-de-açúcar e coco (gráfico I). É possível verificar

as variações da área total utilizada, mostrando estagnação na área colhida de cana-de-açúcar e pequeno aumento na área colhida de coco.

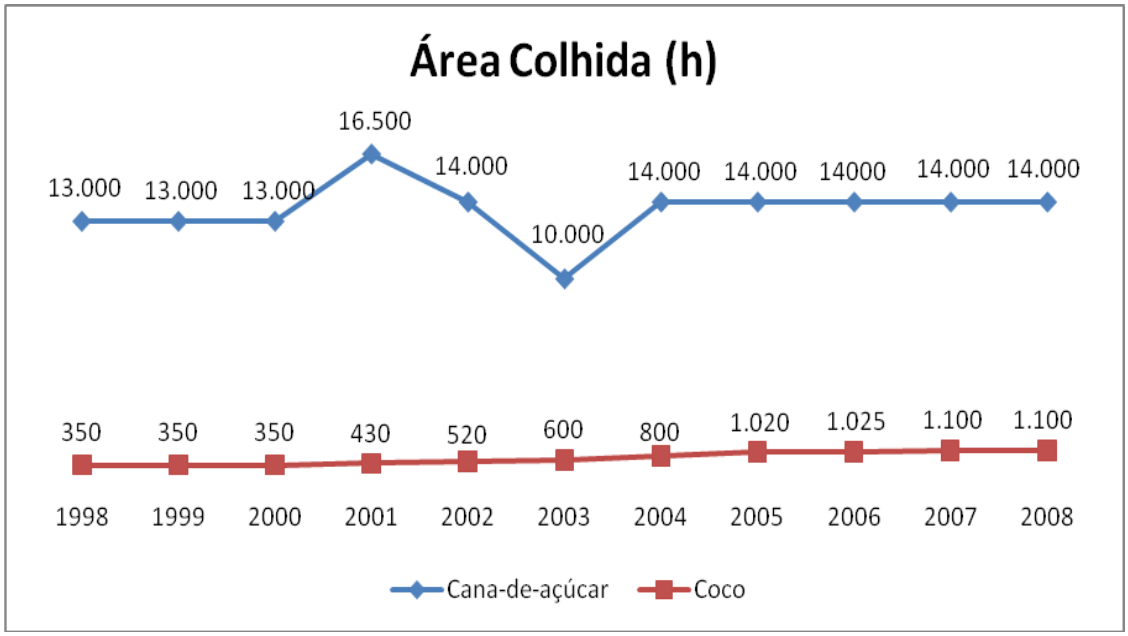


Gráfico I: Quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar e coco. Fonte: Elaboração própria, a partir do sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

O segundo critério de análise remete à produtividade por hectare. No Gráfico II é possível observar a estabilidade na produção de coco nos quatro primeiros anos, iniciando em 2002 um pequeno crescimento contínuo até o ano de 2006, quando ocorre queda ao longo dos dois anos seguintes. Já a produção de cana-de-açúcar manteve-se estagnada, registrado queda nos anos de 2001 e 2003.

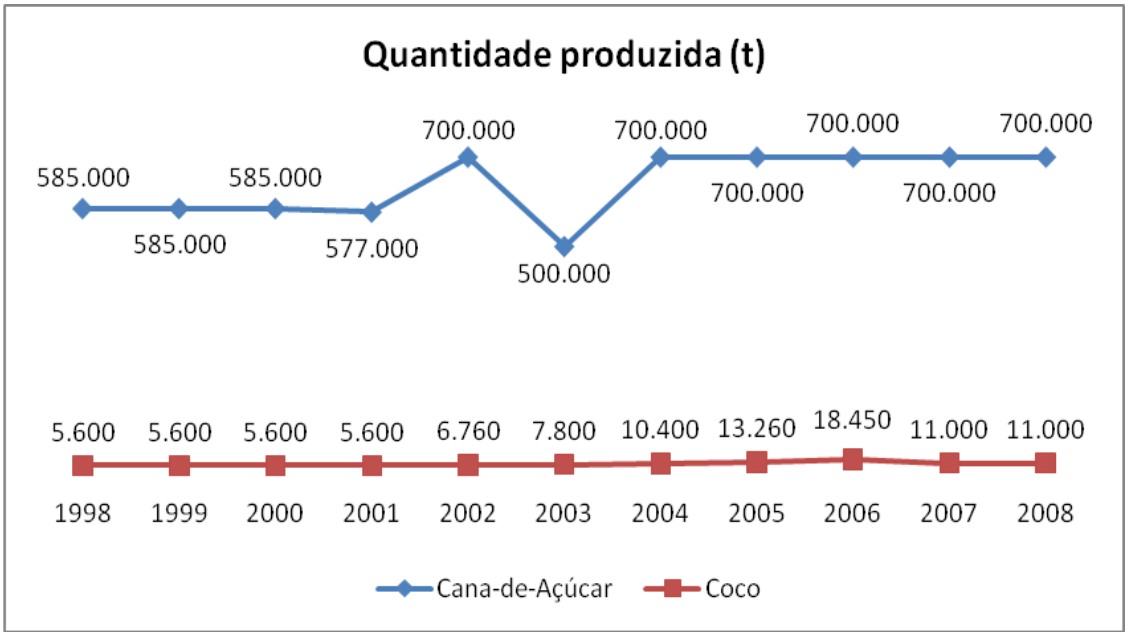


Gráfico II: Quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar e coco. Fonte: Elaboração própria, a partir do sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Entre os anos de 1998 e 2008 o efetivo bovino no município, em cabeças de gado, teve um incremento de 43%, passando de 26.100 cabeças para 37.337(Gráfico III). Apesar disso, verifica-se que entre 2004 e 2008 houve uma estabilização e mesmo tendência de queda no rebanho.

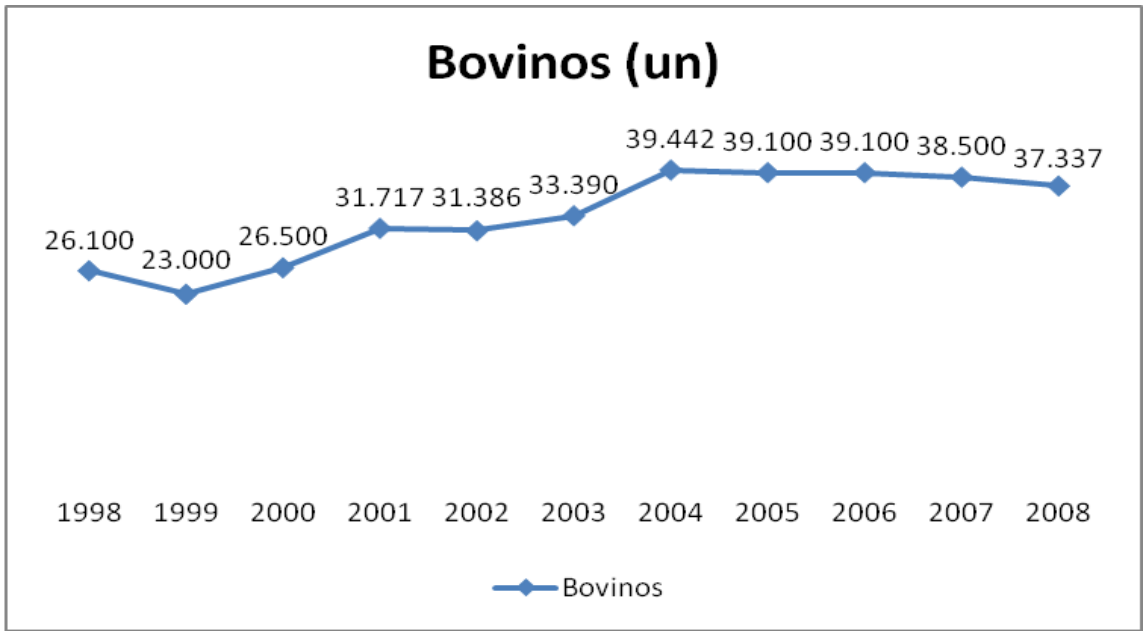


Gráfico III: Quantidade produzida (un) de bovino.
Fonte: Elaboração própria, a partir do sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

A partir das informações expostas, é confirmado o crescimento das três atividades agropecuárias, porém, apenas durante alguns anos do período analisado. Tal crescimento não representa necessariamente um avanço, pois apesar do maciço investimento da Prefeitura de Quissamã, a produtividade por hectare da cultura de coco caiu, saindo de 16 (t) por hectare para 10 (t) por

hectare no período. Já a cana-de-açúcar apresenta crescimento reduzido, passando de 45(t) por hectare para 50(t) por hectare, mantendo-se estagnado a produção nos últimos sete anos do período.

Outra importante informação diz respeito aos empregos relacionados à atividade agropecuária. Comparando dados do emprego formal por atividade (Tabela IV), será possível identificar a dinâmica do empregado durante o período analisado. Vale ressaltar que não foram considerados os possíveis empregos informais, mesmo sendo estes recorrentes quando se trata de atividades rurais.

Tabela IV – Comparação dos empregos formais (1998/2008)

Atividades	1998	2008	Variação (%)
Extrativa Mineral	0	7	700%
Indústria de Transformação	517	162	-69%
Serv. Ind. de Utilidade Pública	1	1	-
Construção Civil	214	63	-71%
Comércio	75	307	309%
Serviços	175	275	57%
Administração Pública	931	1757	89%
Agropecuária	191	228	19%

Fonte: Elaboração própria a partir de PINTO, 2006, p. 77 e Ministério do Trabalho e Emprego.

A atividade agropecuária apresenta o menor crescimento entre as atividades que apresentaram variação positiva. Como a nomenclatura “agropecuária” abrange as diversas atividades relacionadas à produção rural, não somente a cana-de-açúcar, coco e pecuária, não é possível aferir a variação do emprego especificamente nessas atividades.

É importante destacar o papel da Prefeitura como maior empregadora do município. Essa condição está relacionada diretamente à capacidade financeira que o poder público local tem como recebedor das rendas petrolíferas, refletindo na ampliação dos empregos gerados nas atividades comerciais e prestação de serviço (PINTO, 2006, p. 76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do levantamento de informações quanto às políticas públicas foi possível conhecer as diversas frentes de ações implementadas pelo poder público local. Porém, quando são analisados os índices de área colhida e produção, verifica-se estagnação na produção de cana e queda na produção de coco e gado nos últimos anos, quando se toma o período compreendido entre 1998 a 2008.

É importante ressaltar que nesse intervalo de tempo analisado, a elevação da produção nos primeiros anos coincidiu com a elevação dos valores recebidos das rendas petrolíferas, que apresentaram crescimento constante, ao contrário da produção agropecuária. O sobrefinanciamento público não refletiu no fomento da produção, mesmo com as diversas políticas públicas desenvolvidas. Além disso, o município consolidou sua posição como maior empregador. Mesmo com a disponibilidade financeira, as políticas públicas agropecuárias não conseguem consolidar a produção. Além disso, a possibilidade de outras fontes financeiras que não a produção agrícola, como o serviço prestado para a Prefeitura, torna o setor desinteressante, colocando em questão todo o investimento público realizado.

Há que se analisar os fatores responsáveis pelo aparente paradoxo de aumento de capacidade de investimento do poder público e estagnação da produção agropecuária. Além da ineficiência das políticas públicas, fatores como a ampla rede de seguridade social, explicitado pelos produtores rurais, poderiam ser opção de renda aos trabalhadores não interessados no trabalho no campo. Porém, tal afirmação é apenas uma hipótese, feita na perspectiva do produtor, não levando em consideração a importância dessas ações na manutenção das condições mínimas de vida e na distribuição de renda.

Por fim, mediante a discussão realizada, é possível se retornar à questão do “mal dos recursos naturais”, chamando-se atenção para dois aspectos. Primeiramente, o risco em se incorrer na importação de teorias oriundas de outros contextos socioculturais, históricos e geográficos para a explicação da realidade de Quissamã. Em segundo lugar, a importância da escala geográfica na explicação desses mesmos fenômenos. A teoria da “Doença Holandesa” foca-se nas conseqüências macroeconômicas na escala

nacional, ao passo que o estudo em tela dedicou-a se à análise de políticas públicas específicas na escala local brasileira. Nos dois casos, há que se fazer as devidas correções e aperfeiçoamentos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ailton Mota de; SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da. Formação econômica da região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (orgs.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.* Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CEPERJ – FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: CEPERJ. Disponível em: <http:// www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ent/anu_online.html >. Acesso em 01 de novembro de 2010.

CRUZ, José Luiz Vianna da; PINTO, Ana Beatriz Manhães Pinto. Quissamã: um município petro-rentista. In: PIQUET, Rosséria; SERRA, Rodrigo. *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FRAGA, Renata de Oliveira. LEMOS, Linovaldo Miranda. *Migração cidade-campo e o capital social: estratégias para a revitalização do rural no municipio de Nova Friburgo.* III SIDR - Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional. Anais... Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, out 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

LEMOS, Linovaldo de Miranda; PINTO, Ana Beatriz Manhães. *Entre o rural e o urbano: os dilemas na implementação de políticas púbicas no município de Quissamã em face dos royalties do petróleo*. Apresentado no 2º Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

_____, Linovaldo Miranda. *O Papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios "novos ricos" fluminenses: o programa "saúde da família" de Quissamã e o orçamento participativo de Rio das Ostras*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências da UFRJ, 2008.

MARIANI, Alayde Wanderley. Quissamã, história e sociedade. In: MARCHIORI, Maria Amélia Prado (org.). *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró Memória, 6ª. Diretoria Regional, 1987.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Cadastro geral de empregados e desempregados.* Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 17 de outubro de 2010.

NETO, Eduardo Toledo. *A ameaça da doença holandesa no Brasil: é possível?* Petróleo, Royalties & Região, Campos dos Goytacazes, nº. 23, p. 9-11, março. 2009.

PINTO, Ana Beatriz Manhães. *Desemprego e políticas sociais em Quissamã: o desafio do desenvolvimento com cidadania.* Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Candido Mendes, 2006.

PITA, Denise Giancoli Cardoso; SALLES, Ignez Helena Fabiano. *Conceitos de geografia física.* São Paulo: Ícone, 1997.

ROYALTIES DE PETRÓLEO – MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES. *Info royalties.* Campos, RJ: Royalties e Petróleo. Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php>. Acesso em 05 de setembro de 2010.

RUA, João. Implicações territoriais do processo de modernização no município de Quissamã (RJ). In: RUA, João (org.). *Quissamã em busca de novos caminhos*. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado.* 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, Milton. *Da totalidade ao lugar.* 1º edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. *Os municípios petro-rentistas fluminense: gênese e ameaças.* Revista Rio de Janeiro, nº. 18-19, jan.-dez. 2006.

_____, Rodrigo. *Contribuições para o debate acerca da repartição dos royalties petrolíferos no Brasil*. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia da UNICAMP, 2005.

_____, Rodrigo. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, Roséria; SERRA, Rodrigo. *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____, Rodrigo; MOTHÉ, Natália Guimarães. *Sintomas da maldição dos recursos naturais no município petrolífero de Campos dos Goytacazes/RJ.* In: VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007, Niterói, RJ. Anais... Universidade Federal Fluminense, 2007.

SHULTZ, J. *Seguindo a pista do dinheiro: um guia para monitorar orçamentos e receitas do petróleo e do gás natural.* Open Society Institute. New York, 2004.

SOUZA, José Luiz Amado de Menezes. *Reestruturação do espaço agrário do município de Quissamã e a inserção de novas atividades agrícolas*. In:

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). Revisando o território fluminense. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

SOUZA JUNIOR, Geraldo Lopes de. *Doença holandesa: o Brasil corre esse risco?* Jornal Eletrônico da Faculdade de Economia das Faculdades Integradas Vianna Junior. Juiz de Fora/MG, 2º Semestre 2008.